



CTG Brasil

Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho econômico-financeiro

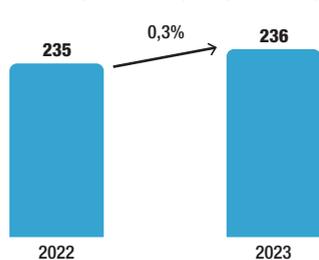
Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

	2023	2022	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	262.065	261.194	0,3%
(-) Deduções à receita operacional	(26.562)	(26.477)	0,3%
Receita operacional líquida	235.503	234.717	0,3%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(59.895)	(61.142)	-2,0%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras			
	175.608	173.575	1,2%
Ebitda	196.442	194.166	1,2%
Margem Ebitda - %	83,4%	82,7%	0,7 p.p.
Resultado financeiro	16.864	1.907	784,3%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
	192.472	175.482	9,7%
Lucro líquido do exercício	135.880	123.007	10,5%
Margem líquida - %	57,7%	52,4%	5,3 p.p.
Quantidade de ações	70.586	70.586	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	1,92503	1,74265	10,5%

A receita operacional líquida do ano de 2023 foi de R\$ 235,5 milhões, que representa um crescimento de R\$ 0,8 milhão ou +0,3% em relação ao ano anterior. Acerca dessa variação vale destacar a atualização pela inflação do contrato bilateral e, também, a elevação na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico, houve aumento na geração de energia da usina da Companhia.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



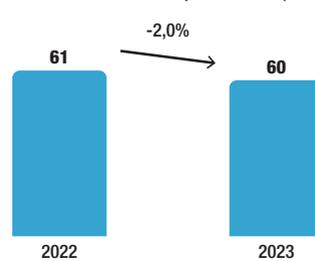
Custos e outros resultados operacionais

	2023	2022	Variação %
Pessoal	(4.814)	(4.444)	8,3%
Material	(416)	(564)	-26,2%
Serviços de terceiros	(5.548)	(6.479)	-14,4%
Energia comprada	(5.567)	(9.744)	-42,9%
Depreciação e amortização	(20.834)	(20.591)	1,2%
Encargos de uso da rede elétrica	(14.017)	(12.663)	10,7%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(2.915)	(2.650)	10,0%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(440)	(396)	11,1%
Seguros	(417)	(373)	11,8%
Aluguéis	(12)	(10)	20,0%
Reversões de provisões para riscos	24	557	-95,7%
Compartilhamento de despesas	(3.160)	(2.323)	36,0%
Outros	(1.779)	(1.462)	21,7%
	(59.895)	(61.142)	-2,0%

As despesas operacionais totalizaram R\$ 60 milhões no ano de 2023, o que representa uma queda de R\$ 1,2 milhão, ou -2%, em relação a 2022. Entre os principais fatores que justificam esse resultado, vale destacar:

- Redução de R\$ 4,2 milhões na rubrica de energia comprada, principalmente em virtude do melhor cenário hídrico na comparação entre os exercícios;
- Aumento de R\$ 1,4 milhão nos encargos regulatórios pelo uso da rede Elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das Tarifas dos Encargos de Transmissão (TUST).

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)

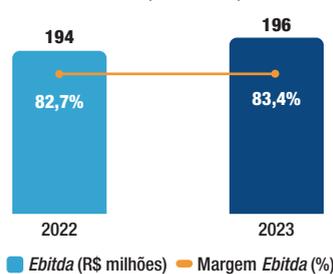


Ebitda e margem Ebitda.

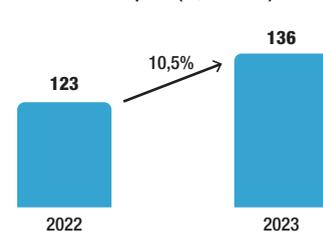
	2023	2022	Variação
Lucro líquido do exercício	135.880	123.007	10,5%
Imposto de renda e contribuição social	56.592	52.475	7,8%
Resultado financeiro (líquido)	(16.864)	(1.907)	784,3%
Depreciação e amortização	20.834	20.591	1,2%
Ebitda	196.442	194.166	1,2%
Margem Ebitda	83,4%	82,7%	0,7 p.p.

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda da Rio Verde medido em 2023 totalizou R\$ 196,4 milhões. Esse ótimo desempenho representa um crescimento de R\$ 2,3 milhões ou +1,2% quando comparado ao desempenho do ano de 2022. Essa variação positiva deve-se principalmente à redução na compra de energia. A margem Ebitda se manteve no ótimo patamar de 83%, mesmo resultado observado no ano anterior.

Ebitda (R\$ milhões)



Lucro líquido (R\$ milhões)



Resultado financeiro

	2023	2022	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	26.680	15.364	73,7%
Variáveis monetárias	3.437	2.035	68,9%
Outros	(1.254)	(733)	71,1%
	28.863	16.666	73,2%
Despesas			
Juros	(5.788)	(7.489)	-22,7%
Variáveis monetárias	(2.796)	(6.351)	-56,0%
Outros	(3.415)	(919)	271,6%
	(11.999)	(14.759)	-18,7%
Resultado financeiro líquido	16.864	1.907	784,3%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi positivo em R\$ 16,9 milhões, representando uma melhora de R\$ 15 milhões ou +784,3%, em relação ao ano de 2022. Essa variação deu-se, principalmente, pela elevação de R\$ 11,3 milhões nas receitas de aplicações financeiras, bem como, pela redução dos juros com as amortizações do financiamento mantido pela Companhia junto ao BNDES.

Endividamento

	2023	2022	Variação
Financiamentos			
Curto prazo	23.253	23.097	0,7%
Longo prazo	40.316	62.718	-35,7%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(92.338)	(172.828)	-46,6%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(9.833)	(10.107)	-2,7%
Dívida líquida	(38.602)	(97.120)	-60,3%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou uma variação de -60,3% ou R\$ 58,5 milhões na comparação com a posição final de 2022. Esse resultado deu-se principalmente em função do pagamento de dividendos ocorrido em outubro de 2023 e que reduziu a posição final do caixa da Companhia, além das amortizações das parcelas do financiamento com o BNDES.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2023	2022	Variação
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	58.934	79.606	-26,0%
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	4.635	6.209	-25,4%
			63.569	85.815	-25,9%

Lucro líquido

Apesar de todos os desafios de 2023, a Rio Verde apresentou mais um ano de ótimo desempenho de resultados. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 135,9 milhões, o que representa um crescimento importante de R\$ 12,9 milhões ou +10,5%, quando comparado ao desempenho obtido no ano de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	92.338	172.828	Fornecedores	10	2.679	2.892
Clientes	6	22.326	23.282	Salários, provisões e contribuições sociais		643	590
Tributos a recuperar	7	1	-	Tributos a recolher	7	28.008	25.838
Partes relacionadas	15.3	15	15	Encargos setoriais	11	689	727
Serviços em curso		-	35	Indenização socioambiental		978	935
Outros créditos		1.563	918	Financiamentos	12	23.253	23.097
Total do ativo circulante		116.243	197.078	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	13	29.369	34.864
Não circulante				Uso do bem público (UBP)	14	2.387	2.436
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	15.3	651	1.047
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	9.833	10.107	Outras obrigações		6	-
Clientes	6	-	113	Total do passivo circulante		88.663	92.426
		9.833	10.220	Não circulante			
Imobilizado	8	369.750	387.042	Tributos diferidos	21.2	44.443	30.617
Intangível	9	54.185	56.861	Encargos setoriais	11	1.613	807
Total do ativo não circulante		433.768	454.123	Financiamentos	12	40.316	62.718
				Uso do bem público (UBP)	14	21.036	21.947
				Provisões para riscos	16	161	168
				Total do passivo não circulante		107.569	116.257
				Total do passivo		196.232	208.683
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		130.000	130.000
				Reserva legal		26.000	22.597
				Reserva de lucros		146.477	236.320
				Ajuste de avaliação patrimonial		51.302	53.601
				Total do patrimônio líquido		353.779	442.518
				Total do passivo e patrimônio líquido		550.011	651.201
Total do ativo		550.011	651.201				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.000	22.597	236.320	-	53.601	442.518
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	135.880	-	135.880
Lucro líquido do exercício	-	-	-	135.880	-	135.880
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.483	(3.483)	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.184)	1.184	-
	-	-	-	2.299	(2.299)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	(3.403)	-	-
Constituição de reserva legal	3.403	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	101.657	-	(101.657)	-	-
Dividendos intermediários	-	(191.500)	-	-	-	(191.500)
Dividendos propostos	-	-	-	(8.119)	-	(8.119)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
	3.403	(89.843)	(138.179)	-	-	(224.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.000	26.000	146.477	-	51.302	353.779
Saldo em 31 de dezembro de 2021	130.000	16.446	146.379	-	55.900	348.725
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	123.007	-	123.007
Lucro líquido do exercício	-	-	-	123.007	-	123.007
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.483	(3.483)	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.184)	1.184	-
	-	-	-	2.299	(2.299)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	(6.151)	-	-
Constituição de reserva legal	6.151	-	-	(6.151)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	89.941	-	(89.941)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(10.214)	-	(10.214)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(19.000)	-	(19.000)
	6.151	89.941	(125.306)	-	-	(29.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.000	22.597	236.320	-	53.601	442.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Verde Energia S.A. (ou "Rio Verde" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na condição de produtora independente de energia elétrica.

A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto" ou "Usina"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Iturumã e Caçu, no Estado de Goiás.

1.2. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas

1.2.1. Contrato de concessão

Em 11 de dezembro de 2002, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 90/2002, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Salto, outorgada pelo Decreto s/nº de 8 de novembro de 2002. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente. O prazo da concessão e do contrato é de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado. A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 (Despacho Aneel nº 1.446/2010) e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 (Despacho Aneel nº 2.554/2010), com capacidade total instalada de 116 MW que foi regularizada através do Quarto Termo Aditivo, firmado em 24 de novembro de 2009, ao Contrato de Concessão.

A tabela a seguir demonstra o contrato de concessão da companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 90/2002	Salto	UHE	GO	Verde	116,0	63,2	11/12/2002	06/04/2046

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que os últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações da Companhia na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realista. A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, a usina da Companhia.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 28 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.3);
- Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 11);

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	235.503	234.717
Custos operacionais			
Pessoal		(4.814)	(4.444)
Material		(416)	(564)
Serviços de terceiros		(5.162)	(5.931)
Energia comprada	19.2	(5.567)	(9.744)
Depreciação e amortização	8 e 9	(20.826)	(20.580)
Encargos de uso da rede elétrica	19.3	(14.017)	(12.663)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(2.915)	(2.650)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(440)	(396)
Seguros		(411)	(365)
Aluguéis		(12)	(10)
Reversões de provisões para riscos	16.2	24	557
Outros		(197)	(168)
		(54.753)	(56.958)
Resultado bruto		180.750	177.759
Outros resultados operacionais			
Serviços de terceiros		(386)	(548)
Depreciação e amortização	8 e 9	(8)	(11)
Seguros		(6)	(8)
Compartilhamento de despesas	15.4	(3.160)	(2.323)
Outros		(1.582)	(1.294)
		(5.142)	(4.184)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	20	175.608	173.575
Resultado financeiro			
Receitas		28.863	16.666
Despesas		(11.999)	(14.759)
		16.864	1.907
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21	192.472	175.482
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(42.766)	(37.451)
Diferido		(13.826)	(15.024)
		(56.592)	(52.475)
Lucro líquido do exercício	22	135.880	123.007
Lucro líquido básico e diluído por ação		1.92503	1.74265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	135.880	123.007
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	135.880	123.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		192.472	175.482
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	8.3 e 9.3	20.834	20.591
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos	12.4	6.837	8.466
AVP e variação monetária sobre UBP	14.3	1.577	3.710
Variação monetária sobre depósitos judiciais	16.2	(238)	(214)
Reversão e variação monetária sobre provisão para riscos	16.2	231	(242)
Outras variações		126	197
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		1.092	(1.752)
Partes relacionadas		(396)	18
Serviços em curso		(6)	(32)
Fornecedores		(213)	(1.269)
Salários, provisões e contribuições sociais		53	45
Encargos setoriais		670	331
Uso do bem público (UBP)	14.3	(2.537)	(2.433)
Provisões para riscos	16.2	-	(278)
Impostos, taxas e contribuições		(9.229)	(4.243)
Outras variações ativas e passivas		(559)	(1.117)
Caixa gerado nas operações		210.714	197.260
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(34.885)	(10.767)
Pagamento de juros sobre financiamentos	12.4	(5.863)	(7.533)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		169.966	178.960
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	8.3 e 9.3	(872)	(2.236)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(872)	(2.236)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamentos	12.4	(23.220)	(22.975)
Pagamento de dividendos	13.2	(201.714)	(13.055)
Pagamento de juros sobre capital próprio	13.3	(24.650)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		(249.584)	(36.030)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(80.490)	140.694
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		172.828	32.134
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		92.338	172.828
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(80.490)	140.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Provisões para riscos (nota explicativa nº 16); e
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21.2).

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 11.2.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Colgada ou Joint Venture (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação e Reforma da Tributação Corporativa Internacional (CPC 32/IAS 12).

Alteração de pronunciamentos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16);
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia). Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos e caixa e equivalentes de caixa. Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, patrimônio líquido, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Instituição financeira	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
BNDES	2.320	4.578	20.069	25.180	17.738	69.885

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (vide nota explicativa nº 12).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de atuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, financiamentos e UBP ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023		Cenário atual		Cenário provável	Ganho/(perda)
				em 2023	em 2023	em 2023	em 2023		
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	92.293	10.752	8.445	(2.307)		
Aplicações financeiras vinculadas	DI	11,65%	9,15%	9.833	1.146	900	(246)		
				102.156	11.898	9.345	(2.553)		
Passivos financeiros									
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	7,00%	6,57%	(58.934)	(5.267)	(5.006)	261		
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	7,00%	6,57%	(4.635)	(432)	(411)	21		
Uso do bem público (UBP)	IGPM	-3,18%	3,75%	(23.423)	745	(878)	(1.623)		
				(86.992)	(4.954)	(6.295)	(1.341)		
				15.134	6.943	3.050	(3.894)		

Total da exposição líquida

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2022	2021
Financiamentos	12	63.569	85.815
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(92.338)	(172.828)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(9.833)	(10.107)
Dívida líquida		(38.602)	(97.120)
Patrimônio líquido		353.779	442.518
Total do capital		315.177	345.398
Índice de alavancagem financeira - (%)*		-12,2	-28,1

* Dívida líquida/Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorre (vide nota explicativa nº 20).

5.1.2. Composição

	2023	2022
Caixas e bancos	45	35
Aplicações financeiras	92.293	172.793
Certificado de depósito bancário (CDB)	92.293	172.793
	92.338	172.828

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por aplicações vinculadas ao empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5.2.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Rendimentos	1.269
Resgates	(1.349)
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(194)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.833

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Companhia.

5.3.1. Composição

	Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2023	2022
AAA	AAA	AAA	AAA	241	14.816
AA	AA	AA	AA	-	1
AAA	AAA	-	AAA	-	43.131
AAA	-	-	-	66.932	-
AAA	AAA	AAA	-	33.887	124.987
-	-	AAA	AAA	1.111	-
				102.171	182.935

6. CLIENTES

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por contratos relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	À vencer Até 90 dias	2023	2022
Contratos ACL	22.184	22.184	23.030
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	142	142	365
	22.326	22.326	23.395

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2023, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfolio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco Value at Risk (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2023	2022
Ativo		
ISS a recuperar	1	-
	1	-
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	26.026	23.795
PIS e COFINS a recolher	1.921	1.996
ICMS a recolher	17	-
Outros	44	47
	28.008	25.838

8. IMOBILIZADO

8.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço	
Terrenos	22
Reservatório, barragens e adutora	22
Edificações, obras civis e benfeitorias	17
Máquinas e equipamentos	18
Veículos	1
Imóveis e utensílios	10
A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.	



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais".

8.2. Composição

	2023		2022		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	52.081	(23.533)	28.548	29.827	2,5%
Reservatório, barragens e adutora	341.877	(146.766)	195.111	185.415	2,5%
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.004	(15.896)	18.108	19.167	3,1%
Máquinas e equipamentos	227.701	(104.495)	123.206	128.956	3,1%
Veículos	1.031	(907)	124	230	10,3%
Móveis e utensílios	302	(145)	157	175	5,3%
	656.996	(291.742)	365.254	363.770	
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	66	-	66	66	
Máquinas e equipamentos	4.407	-	4.407	23.188	
Móveis e utensílios	23	-	23	18	
	4.496	-	4.496	23.272	
Total do ativo imobilizado	661.492	(291.742)	369.750	387.042	

8.3. Movimentação

	Valor líquido em 2022					Valor líquido em 2023
	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação		
Em serviço						
Terrenos	29.827	-	-	(1.279)		28.548
Reservatório, barragens e adutora	185.415	-	-	(8.709)		195.111
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.167	-	-	(1.059)		18.108
Máquinas e equipamentos	128.956	(4)	1.246	(6.992)		123.206
Veículos	230	-	-	(106)		124
Móveis e utensílios	175	(2)	-	(16)		157
	363.770	(6)	19.651	(18.161)		365.254
Em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	66	-	-	-		66
Máquinas e equipamentos	23.188	847	-	(19.628)		4.407
Móveis e utensílios	18	5	-	-		23
	23.272	852	-	(19.628)		4.496
Total do ativo imobilizado	387.042	852	(6)	23	(18.161)	369.750

	Valor líquido em 2021					Valor líquido em 2022
	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação		
Em serviço						
Terrenos	31.103	-	-	(1.276)		29.827
Reservatório, barragens e adutora	192.167	-	-	(8.267)		185.415
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.521	-	-	(1.354)		19.167
Máquinas e equipamentos	135.479	-	434	(6.957)		128.956
Veículos	359	-	-	(129)		230
Móveis e utensílios	190	-	-	(18)		175
	379.819	-	1.952	(18.001)		363.770
Em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	44	22	-	-		66
Máquinas e equipamentos	23.575	1.738	-	(2.125)		23.188
Móveis e utensílios	3	15	-	-		18
	23.622	1.775	-	(2.125)		23.272
Total do ativo imobilizado	403.441	1.775	-	(173)	(18.001)	387.042

8.4. Custo atribuído

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27/IAS 16 - Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de R\$ 3.483.

9. INTANGÍVEL

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores. A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente	
Em serviço		
Uso do bem público (UBP)	28	
Software	3	
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	22	

9.2. Composição

	2023		2022		Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	47.622	(37.995)	9.627	9.976	0,7%
Software	1.773	(788)	985	1.293	17,4%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	49.570	(6.049)	43.521	45.537	4,1%
	98.965	(44.832)	54.133	56.806	
Em curso					
Software	52	-	52	55	
	52	-	52	55	
Total do ativo intangível	99.017	(44.832)	54.185	56.861	

9.3. Movimentação

	Valor líquido em 2022					Valor líquido em 2023
	Adições	Transferências	Amortização			
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	9.976	-	-	(349)		9.627
Software	1.293	-	-	(308)		985
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	45.537	-	-	(2.016)		43.521
	56.806	-	-	(2.673)		54.133
Em curso						
Software	55	20	(23)	-		52
	55	20	(23)	-		52
Total do ativo intangível	56.861	20	(23)	(2.673)		54.185

9.4. Itens que compõem o intangível

9.4.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

9.4.2. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 90/2002 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

9.4.3. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

(Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.
Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

10. FORNECEDORES

10.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

10.2. Composição

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	464	664
Materiais e serviços contratados	884	1.013
Encargos de uso da rede elétrica	1.331	1.215
TUST	1.331	1.215
	2.679	2.892

11. ENCARGOS SETORIAIS

11.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

11.2. Composição

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	385	-	385	382	-	382
P&D	244	1.613	1.857	265	807	1.072
TFSEE	37	-	37	33	-	33
CDE	23	-	23	47	-	47
	689	1.613	2.302	727	807	1.534

11.2.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

11.2.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D na Companhia das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

11.2.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em doze parcelas pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

11.2.4. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

12. FINANCIAMENTOS

12.1. Política contábil

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, o qual efetuou a liberação de R\$ 289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois Sub-créditos nos respectivos valores: R\$ 277.937 e de R\$ 11.763.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$ 23.184.

Para estes contratos a Companhia possui cláusulas restritivas ("Covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

12.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023		2022			
			Principal	Variação monetária	Principal	Variação monetária		
			Juros, custo de transação e	Total	Juros, custo de transação e	Total		
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	17.979	885	18.864	38.380	1.690	40.070
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	4.045	344	4.389	161	85	246
			22.024	1.229	23.253	38.541	1.775	40.316

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023		2022			
			Principal	Variação monetária	Principal	Variação monetária		
			Juros, custo de transação e	Total	Juros, custo de transação e	Total		
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	20.531	932	21.463	56.272	1.871	58.143
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	1.494	140	1.634	4.296	279	4.575
			22.025	1.072	23.097	60.568	2.150	62.718

12.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo

	2025	2026	Total
TJLP + 1,81% ao ano	22.897	17.173	40.070
TJLP + 2,16% ao ano	141	105	246
	23.038	17.278	40.316

12.4. Movimentação

	TJLP + 1,81% ao ano	TJLP + 2,16% ao ano	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.606	6.209	85.815
Apropriação de juros	5.415	373	5.788
Amortização de custos de transação	279	-	279
Apropriação de variação monetária	718	52	770
Pagamento de principal	(21.637)	(1.583)	(23.220)
Pagamento juros	(5.447)	(416)	(5.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.934	4.635	63.569

12.5. Características do contrato de financiamento

Sub-créditos	Juros	Amortização	Destinação do sub-créditos
Sub-créditos "A": 277.937	TJLP + 1,81% a. a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de outubro de 2010 e a última no dia 15 (quinze) de setembro de 2026	Destinado a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, à execução de obras civis e aos demais itens necessários a implantação da UHE Salto Destinando ao sistema de transmissão
Sub-créditos "B": 11.763	TJLP + 2,16% a. a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia	



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

12.6. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- Penhor dos direitos emergentes da Concessão;
- Penhor dos direitos creditórios sobre o PPA firmado com a Votener;
- Penhor da totalidade das ações de emissão, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato;

12.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos superior a 25% do Lucro Líquido;
- Firmar contratos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,20.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants, conforme abaixo:

Acumulado dos últimos 12 meses	2023	2022
A) Geração de caixa de atividade		
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	172.828	32.134
(+) Ebitda	196.442	194.166
(-) Imposto de renda	(56.592)	(52.475)
	312.678	173.825
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	23.220	22.975
(+) Pagamento de juros	5.863	7.533
	29.083	30.508
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,20	10,75	5,70

13. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

13.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

13.2. Dividendos a pagar

	Dividendos			
	Saldo em 2022	Intermediários /propostos	Dividendos pagos	Saldo em 2023
China Three Gorges				
Brasil Energia S.A.	10.214	199.619	(201.714)	8.119
	10.214	199.619	(201.714)	8.119

13.3. Juros sobre capital próprio a pagar

	Saldo em 2022				JSCP a pagar				JSCP pagos				Saldo em 2023			
	China Three Gorges		Brasil Energia S.A.		China Three Gorges		Brasil Energia S.A.		China Three Gorges		Brasil Energia S.A.		China Three Gorges		Brasil Energia S.A.	
	24.650	21.250	(24.650)	21.250	24.650	21.250	(24.650)	21.250	24.650	21.250	(24.650)	21.250	24.650	21.250	(24.650)	21.250

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

14.1. Política contábil

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através do contrato de concessão nº 90/2002 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, a Companhia paga, valores anuais, contados a partir da assinatura do contrato, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do exercício de concessão.

A taxa de desconto no cálculo do valor presente é de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

14.2. Composição

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valor nominal	2.507	52.875	55.382	2.559	56.908	59.467
(-) Ajuste a valor presente	(120)	(31.839)	(31.959)	(123)	(34.961)	(35.084)
	2.387	21.036	23.423	2.436	21.947	24.383

14.3. Movimentação

	Principal		Ajuste a valor presente		Total
	2023	2022	2023	2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	59.467	(35.084)	24.383		
Ajuste a valor presente	-	3.125	3.125		
Pagamento	(2.537)	-	(2.537)		
Atualização monetária	(1.548)	-	(1.548)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.382	(31.959)	23.423		

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

15.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Paranapanema Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

	2023		2022	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	262	-	223
Rio Canoas Energia S.A.	1	54	1	2
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	-	226	-	690
Rio Paraná Energia S.A.	10	73	10	88
Rio Paranapanema Energia S.A.	4	36	4	44
	15	651	15	1.047

15.4. Resultado

	2023			2022		
	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(1.978)	(1.978)	-	(1.872)	(1.872)
Rio Canoas Energia S.A.	-	(534)	(534)	(426)	(2)	(428)
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	(1.478)	-	(1.478)	(4.524)	-	(4.524)
Rio Paraná Energia S.A.	-	(728)	(728)	-	(286)	(286)
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	(455)	(455)	-	(164)	(164)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	1	1	-	1	1
	(2.012)	(3.160)	(5.172)	(4.950)	(2.323)	(7.273)

16. PROVISÕES PARA RISCOS

16.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
 - é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
 - o valor puder ser estimado com segurança.
- As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/CPIC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

16.2. Provisões para riscos prováveis

16.2.1. Composição

	2023		2022	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Cíveis	2.060	(1.899)	161	168

16.2.1.1. Movimentação

	2023		2022	
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Provisões para riscos	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Provisões para riscos
(Reversões)		(24)		(24)
Variações monetárias		255		255
Acordos/pagamentos		(10)		(10)
		221		221

Depósitos judiciais

	2023		2022	
	Depósitos judiciais	Variáveis monetárias	Depósitos judiciais	Variáveis monetárias
Baixas		10		10
		(228)		(228)
		161		161

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	2023		2022	
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Provisões para riscos	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Provisões para riscos
(Reversões)		(557)		(557)
Variáveis monetárias		315		315
Acordos/pagamentos		(168)		(168)
		(410)		(410)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	2023		2022	
	Depósitos judiciais	Variáveis monetárias	Depósitos judiciais	Variáveis monetárias
(Adições)		(214)		(214)
		(110)		(110)
		(324)		(324)

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	2023		2022	
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Provisões para riscos	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Provisões para riscos
Fiscais		7.694		7.056
Cíveis		10.796		9.720
		18.490		16.776

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

16.2.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências cíveis líquidas somam R\$ 161, e referem-se à desapropriação e indenizações referentes às áreas para construção do reservatório.

16.3. Contingências possíveis

16.3.1. Composição

	2023		2022	
	Fiscais	Cíveis	Fiscais	Cíveis
		7.694		7.056
		10.796		9.720
		18.490		16.776

16.3.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a contingência cível com expectativa de perda possível, relacionada ao Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR), está avaliada no montante de R\$ 10.796.

16.3.3. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências fiscais com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 7.694. As principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são decorrentes de Processos Administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (PIS/COFINS, IRPJ e CSLL), de tributos pagos a maior e autos de infração que se discute recolhimento de IRPJ e CSLL. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 130.000, equivalentes a 70.586.021 (setenta milhões, quinhentas e oitenta e seis mil e vinte e uma) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	2023 e 2022	
	Ações Ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	70.586.021	100,00

17.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

17.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2023		2022	
	Lucro líquido do exercício	Base de cálculo dos dividendos	Lucro líquido do exercício	Base de cálculo dos dividendos
Constituição da reserva legal	(3.403)	(6.151)		
	135.880	123.007		
	132.477	116.856		
Distribuições				
Dividendos propostos	8.119	10.214		
Juros sobre capital próprio	25.000	19.000		
	33.119	29.214		
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	33.119	29.214		

Deliberação

	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 08/12/2023	Juros sobre capital próprio	25.000	0,35418
AGE de 03/10/2023	Dividendos	191.500	2,71300
AGE de 28/04/2023	Dividendos	10.214	0,14471
AGE de 09/12/2022	Juros sobre capital próprio	19.000	0,26918

17.4. Ajustes de avaliação patrimonial

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

18.1. Política contábil

18.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
 - É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
 - Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:
- O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

18.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	260.692	260.169
Mercado de curto prazo (MCP)	271	561
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.102	464
Total receita operacional bruta	262.065	261.194
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(24.241)	(24.160)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(2.321)	(2.317)
	(26.562)	(26.477)
Receita operacional líquida	<	



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

	2023	2022
Atualização monetária de tributos a recuperar	39	136
Inadimplência CCEE	23	53
(-) PIS e COFINS	(1.255)	(733)
Outras receitas financeiras	1	-
Despesas	28.863	16.666
Juros	(5.788)	(7.489)
Financiamentos	(5.788)	(7.489)
Variações monetárias	(2.796)	(6.351)
Atualização do uso do bem público (UBP)	(1.589)	(5.124)
Provisões para riscos	(255)	(315)
Financiamentos	(770)	(698)
Outras	(182)	(214)
Ajuste a valor presente (UBP)	(3.125)	(218)
Outras despesas financeiras	(290)	(701)
	(11.999)	(14.759)
	16.864	1.907

21. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

21.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

21.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	-	-	-	-	-	-
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(48.118)	(17.322)	(65.440)	(43.871)	(15.793)	(59.664)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	6.250	2.250	8.500	4.750	1.710	6.460
Doações Incentivadas	1.164	-	1.164	1.071	-	1.071
Incentivos fiscais	3	-	3	14	-	14
Outras (adições) permanentes, líquidas	(595)	(224)	(819)	(255)	(101)	(356)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(41.296)	(15.296)	(56.592)	(38.291)	(14.184)	(52.475)
IRPJ e CSLL correntes	31.130	11.636	42.766	27.244	10.207	37.451
IRPJ e CSLL diferidos	10.166	3.660	13.826	11.047	3.977	15.024
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	41.296	15.296	56.592	38.291	14.184	52.475
Alíquota efetiva	21,5%	7,9%	29,4%	21,8%	8,1%	29,9%

21.2. Tributos diferidos

21.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais. A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões para riscos	759	273	1.032	735	265	1.000
Participação nos lucros e resultados	50	18	68	49	18	67
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	-	-	-	12.062	4.342	16.404
Outras provisões	43	16	59	34	12	46
Total	852	307	1.159	12.880	4.637	17.517
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Ajuste de avaliação patrimonial	(19.433)	(6.996)	(26.429)	(20.303)	(7.309)	(27.612)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(10.880)	(3.917)	(14.797)	(11.385)	(4.098)	(15.483)
Ajuste a valor presente (UBP)	(3.218)	(1.158)	(4.376)	(3.705)	(1.334)	(5.039)
Total	(33.531)	(12.071)	(45.602)	(35.393)	(12.741)	(48.134)
Imposto diferido líquido	(32.679)	(11.764)	(44.443)	(22.513)	(8.104)	(30.617)

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	A partir					
	2024	2025	2026	2027	2028	de 2029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.404)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(31.915)
Total	(2.404)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(31.915)

22. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2023		2022	
	Numerador	Denominador	Numerador	Denominador
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	135.880	135.880	123.007	123.007
Lucro líquido do exercício	135.880	135.880	123.007	123.007
Denominador (Média ponderada de números de ações)	70.586	70.586	70.586	70.586
Ações ordinárias	70.586	70.586	70.586	70.586
Resultado básico e diluído por ação	1,92503	1,74265	1,74265	1,74265

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

23.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

23.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado;
 - Mensurados ao custo amortizado;
- A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	45	45	35	35
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	92.293	92.293	172.793	172.793
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	9.833	9.833	10.107	10.107
Cientes	Custo amortizado	-	22.326	22.326	23.395	23.395
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	15	15	15	15
			124.512	124.512	206.345	206.345
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.679	2.679	2.892	2.892
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	2.302	2.302	1.534	1.534
Financiamentos	Custo amortizado	-	63.569	63.569	85.815	85.815
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	29.369	29.369	34.864	34.864
Uso do Bem Público (UBP)	Custo amortizado	-	23.423	23.423	24.383	24.383
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	651	651	1.047	1.047
			121.993	121.993	150.535	150.535

24. SEGUROS

24.1. Política contábil

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Risco operacional	04/08/2023 a 04/08/2024	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2023 a 04/08/2024	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2024	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2023 a 08/12/2024	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Aljan de Abreu Machado - Diretor	Márcio José Peres - Diretor	Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria	Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC - PR-068461-O/1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Verde Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA RIO VERDE ENERGIA S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável e um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

www.ctgbr.com.br

Reservas: (41) 3350-6620



**OS INVESTIDORES
ESTÃO DE OLHO
NOS SEUS GASTOS.
ATÉ MESMO O GASTO
COM ESTE ANUNCIO.**

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

**BEM
PARANÁ**


CTG Brasil
Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

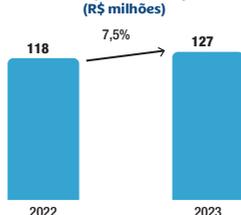
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Desempenho econômico-financeiro

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

	2023	2022	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	142.829	132.389	7,9%
(-) Deduções à receita operacional	(16.052)	(14.478)	10,9%
Receita operacional líquida	126.777	117.911	7,5%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(93.972)	(71.207)	32,0%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	32.805	46.704	-29,8%
Ebitda	65.287	79.036	-17,4%
Margem Ebitda - %	51,5%	67,0%	-15,5 p.p.
Resultado financeiro	(15.159)	(17.490)	-13,3%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.646	29.214	-39,6%
Lucro líquido do exercício	22.535	23.839	-5,5%
Margem líquida - %	17,8%	20,2%	-2,4 p.p.
Quantidade de ações	563.765	563.765	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,03997	0,04229	-5,5%

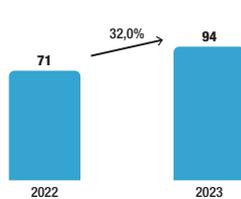
A receita operacional líquida do ano de 2023 foi de R\$ 126,8 milhões, que representa um crescimento de R\$ 8,9 milhões ou +7,5% em relação ao ano anterior. Acerca dessa elevação, vale destacar a atualização pela inflação dos contratos regulados, bem como o crescimento na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico, houve aumento na geração de energia da usina da Companhia.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)

Custos e outros resultados operacionais

	2023	2022	Variação
Pessoal	(4.603)	(4.737)	-2,8%
Material	(563)	(645)	-12,7%
Serviços de terceiros	(5.726)	(6.028)	-5,0%
Energia comprada	(892)	(1.187)	-24,9%
Depreciação e amortização	(32.482)	(32.332)	0,5%
Encargos de uso da rede elétrica	(13.524)	(12.733)	6,2%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(6.256)	(4.976)	25,7%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(727)	(656)	10,8%

	2023	2022	Variação
Seguros	(1.041)	(932)	11,7%
Aluguéis	(18)	(10)	80,0%
Provisões para riscos	(312)	(1.035)	-69,9%
Compartilhamento de despesas	(6.608)	(5.123)	29,0%
Outros	(21.220)	(813)	2.510,1%
Total	(93.972)	(71.207)	32,0%

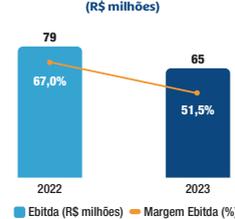
Os custos e outros resultados operacionais totalizaram R\$ 94 milhões no ano de 2023, o que representa um aumento de R\$ 22,8 milhão, ou +32%, em relação a 2022. A grande variação que merece destaque na comparação entre os anos foi a constituição de provisão de R\$ 20,6 milhões, diante de risco de desembolso sobre obrigação contratual.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)

Ebitda e margem Ebitda

	2023	2022	Variação
Lucro líquido do exercício	22.535	23.839	-5,5%
Imposto de renda e contribuição social	(4.889)	5.375	-191,0%
Resultado financeiro (líquido)	15.159	17.490	-13,3%
Depreciação e amortização	32.482	32.332	0,5%
Ebitda	65.287	79.036	-17,4%
Margem Ebitda	51,5%	67,0%	-15,5 p.p.

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda da Rio Canoas medido em 2023 totalizou R\$ 65,3 milhões. Esse desempenho representa uma redução de R\$ 13,7 milhões ou -17,4% quando comparado ao desempenho do ano de 2022. Essa variação negativa deve-se basicamente a constituição da provisão mencionada anteriormente.

Excluindo-se o efeito dessa provisão, o Ebitda de 2023 fecharia o ano em R\$ 85,9 milhões o que representa um crescimento normalizado de 6,9 milhões ou 8,7% na comparação com o ano anterior.

Ebitda (R\$ milhões)

Resultado financeiro

	2023	2022	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	9.101	7.670	18,7%
Variáveis monetárias	226	647	-65,1%
Outros	(388)	(333)	16,5%
Total	8.939	7.984	12,0%
Despesas			
Juros	(18.435)	(20.516)	-10,1%
Variáveis monetárias	(5.372)	(4.875)	10,2%
Outros	(291)	(83)	250,6%
Total	(24.098)	(25.474)	-5,4%
Resultado financeiro líquido	(15.159)	(17.490)	-13,3%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi negativo em R\$ 15,2 milhões, representando uma melhora de R\$ 2,3 milhões ou -13,3%, em relação ao ano de 2022. Essa variação deu-se, pela elevação nas receitas de aplicações financeiras, bem como, pela redução dos juros em virtude das amortizações no financiamento mantido pela Companhia junto ao BNDES.

Endividamento

	2023	2022	Variação
Financiamentos	213.955	240.077	-10,9%
Curto prazo	29.207	29.014	0,7%
Longo prazo	184.748	211.063	-12,5%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(31.405)	(53.609)	-41,4%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(12.969)	(13.531)	-4,2%
Dívida líquida	169.581	172.937	-1,9%

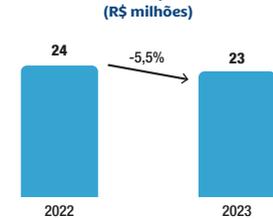
A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Após o final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 1,9% ou R\$ 3,4 milhões na comparação com a posição final de 2022. Essa redução se deu principalmente em razão das amortizações das parcelas do financiamento com o BNDES.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2023	2022	Variação
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	212.833	238.861	-10,9%
BNDES	TJLP	16/06/2031	1.122	1.216	-7,7%
Total			213.955	240.077	-10,9%

Lucro líquido

Apesar de todos os desafios de 2023, a Rio Canoas apresentou mais um ano de performance positiva. A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 22,5 milhões.

Lucro líquido (R\$ milhões)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	31.405	53.609	Fornecedores	11	2.478	2.905
Clientes	6	21.661	18.839	Salários, provisões e contribuições sociais		696	718
Tributos a recuperar	7	4.816	525	Tributos a recolher	7	1.198	963
Repactuação do risco hidrológico	8	259	259	Encargos setoriais	12	1.741	3.093
Partes relacionadas	16.3	72	67	Financiamentos	13	29.207	29.014
Serviços em curso		1	2.529	Juros sobre capital próprio (JSCP)	14	27.200	11.050
Outros créditos		3.094	1.447	Uso do bem público (UBP)	15	1.197	1.144
Total do ativo circulante		61.308	77.275	Partes relacionadas	16.3	789	743
Não circulante				Outras obrigações		39	1
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		64.545	49.631
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	12.969	13.531	Não circulante			
Clientes	6	-	48	Fornecedores	11	20.640	-
Tributos diferidos	22.2	2.051	-	Tributos diferidos	22.2	-	5.239
Repactuação do risco hidrológico	8	5.355	5.614	Encargos setoriais	12	134	-
Outros créditos		16	-	Indenização socioambiental		281	281
Total do ativo não circulante		20.391	19.193	Financiamentos	13	184.748	211.063
Imobilizado	9	800.553	830.092	Uso do bem público (UBP)	15	11.430	11.026
Intangível	10	46.721	48.602	Provisões para riscos	17	4.207	10.473
Total do ativo		867.665	897.887	Outras obrigações		187	183
				Total do passivo não circulante		221.627	238.265
				Total do passivo		286.172	287.896
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18	563.765	563.765
				Reserva legal		13.862	12.735
				Reserva de lucros		65.174	110.766
				Total do patrimônio líquido		642.801	687.266
				Total do passivo e patrimônio líquido		928.973	975.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido		Capital social	Reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	563.765	12.735	110.766	687.266	Saldo em 31 de dezembro de 2021	563.765	11.543	101.119	676.427
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	22.535	22.535	Lucro líquido do exercício	-	-	23.839	23.839
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.127	(1.127)	-	Constituição de reserva legal	-	1.192	(1.192)	-
Reserva de retenção de lucros	-	21.408	(21.408)	-	Reserva de retenção de lucros	-	22.647	(22.647)	-
Dividendos adicionais	-	(35.000)	(35.000)	(35.000)	Juros sobre capital próprio	-	(13.000)	(13.000)	(13.000)
Juros sobre capital próprio	-	(32.000)	(32.000)	(32.000)	Juros sobre capital próprio	-	1.192	9.647	(13.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	563.765	13.862	65.174	642.801	Saldo em 31 de dezembro de 2022	563.765	12.735	110.766	687.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	126.777	117.911
Custos operacionais			
Pessoal		(4.603)	(4.737)
Material		(563)	(645)
Serviços de terceiros		(5.079)	(5.262)
Energia comprada	20.2	(892)	(1.187)
Depreciação e amortização	9 e 10	(32.479)	(32.327)
Encargos de uso da rede elétrica	20.3	(13.524)	(12.733)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(6.256)	(4.976)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(727)	(656)
Seguros		(1.034)	(920)
Aluguéis		(18)	(10)
Provisões para riscos	17.2	(312)	(1.035)
Outros		(21.068)	(542)
Resultado bruto		40.222	52.881
Outros resultados operacionais			
Serviços de terceiros		(647)	(766)
Depreciação e amortização	9 e 10	(3)	(5)
Seguros		(7)	(12)
Compartilhamento de despesas	16.4	(6.608)	(5.123)
Outros		(152)	(271)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		32.805	46.704
Resultado financeiro	21		
Receitas		8.939	7.984
Despesas		(24.098)	(25.474)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.646	29.214
Imposto de renda e contribuição social	22		
Corrente		(2.379)	(5.991)
Diferido		7.268	616
Lucro líquido do exercício		4.889	(5.375)
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,03997	0,04229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

* continuação
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.535	23.839
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Total do resultado abrangente do exercício	22.535	23.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Canoas Energia S.A. (ou "Rio Canoas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, constituída em 22 de agosto de 2009, na condição de produtora independente de energia elétrica. A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação de linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi" ou "Usina"), localizado no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no estado de Santa Catarina, a nota explicativa 1.2 divulga dados adicionais sobre o contrato de concessão.

Como pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da operação até o 35º ano da Concessão ou enquanto permanecer na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Garibaldi, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 587 corrigidos anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a partir de setembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 3.237, em virtude basicamente do seguinte fato:

- Constituição de juros sobre capital próprio a pagar.
- A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas

1.2.1. Contrato de concessão

Foi objeto do Leilão A-5 nº 03/2010 da Aneel, que originou o Contrato de Concessão nº 003/2010 - Aneel, com prazo original de 35 anos, contados a partir de 14 de dezembro de 2010 (término original da concessão em 13 de dezembro de 2045). Este prazo de vigência da outorga de concessão foi prorrogado por 218 dias, de acordo com o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 17 de novembro de 2017, que alterou o termo final para 19 de julho de 2046, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 6.087/2016 e o Despacho nº 340/2016 que autoriza a repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi.

A tabela a seguir demonstra o contrato de concessão da Companhia:

Contrato de concessão	Usina	Tipo	UF	Capacidade física		Início da concessão	Vencimento
				instalada (MW)	médio		
Aneel	Usina			191,9	84,9	14/12/2010	11/01/2051

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022, o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022, o MME publicou a Portaria nº 709 com os valores revisados de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, a usina da Companhia.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022, a Companhia ingressou com um pedido de tutela antecipada, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspensos, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz de primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas da Companhia estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

Em 27 de março de 2023, a Companhia protocolou agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada, bem como o pedido principal da ação, os quais aguardam decisão judicial. Caso a Companhia tenha sucesso na ação, ocorrerá o aumento da garantia física.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 01 de março de 2024.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.646	29.214
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	9.3 e 10.3	32.482	32.332
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	9.3 e 10.3	7	22
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos		13.4	20.712
AVP e variação monetária sobre UBP		15.3	1.677
Variação monetária sobre depósitos judiciais		17.2	(59)
(Reversão)/constituição e atualização monetária sobre provisão para riscos		17.2	1.845
Aplicações financeiras vinculadas		5.2	303
Outras variações		(48)	227
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		(2.694)	(2.955)
Partes relacionadas		41	1.043
Serviços em curso		(78)	(819)
Fornecedores		20.213	(1.760)
Salários, provisões e contribuições sociais		(22)	128
Encargos setoriais		1.318	752
Uso do bem público (UBP)		15.3	(1.220)
Reversão para riscos		17.2	(7.820)
Impostos, taxas e contribuições		(6.166)	2.667
Repactuação do risco hidrológico		259	259
Outras variações ativas e passivas		(1.621)	(1.918)
Caixa gerado pelas operações		76.775	82.838
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.794)	(7.415)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13.4	(18.527)	(20.535)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		53.454	54.888
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	9.3 e 10.3	(1.301)	(3.815)
Caixa (aplicado nas) atividades de investimento		(1.301)	(3.815)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamento	13.4	(28.307)	(28.010)
Pagamento de dividendo	14.2	(35.000)	(6.751)
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.3	(11.050)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento		(74.357)	(34.761)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(22.204)	16.312
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		53.609	37.297
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		31.405	53.609
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(22.204)	16.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos do registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.3);
- Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 11.3);
- Provisões para riscos (nota explicativa nº 17); e
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22.2).

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 12).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação e Reforma da Tributação Corporativa Internacional (CPC 32/IAS 12).

Alteração de pronunciamentos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Eclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16);
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos e caixa e equivalentes de caixa.

Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O impacto causado pela variação da TJLP e pelo IPCA sobre o UBP é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Instituição Financeira	Menos de um mês	De um a três meses	De três a seis meses	De seis a doze meses	Mais de doze meses	Total

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que para quase todas as controladas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (vide nota explicativa nº 13.7).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, financiamentos e UBP ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Índice do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário pro-vável	Ganho/(perda)	
							Ativos financeiros
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	31.361	3.654	2.870	(784)
Aplicações financeiras acumuladas	DI	11,65%	9,15%	12.969	1.511	1.187	(324)
				44.330	5.164	4.056	(1.108)
Passivos financeiros	TJLP + 2,34%						
BNDES ao ano	7,00%	6,57%	(212.833)	(20.227)	(19.281)	946	
BNDES TJLP	7,00%	6,57%	(1.122)	(79)	(74)	5	
Uso do bem público (UBP)	IPCA	4,53%	4,16%	(12.627)	(572)	(526)	46
				(226.582)	(20.877)	(19.880)	997
Total da exposição líquida				(182.252)	(15.713)	(15.824)	(111)

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2023	2022
Financiamentos	13	213.955	240.077
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(31.405)	(53.609)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(12.969)	(13.531)
Dívida líquida		169.581	172.937
Patrimônio líquido		642.	



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

5.1.2. Composição

	2023	2022
Caixas e bancos	44	30
Aplicações financeiras	31.361	53.579
Certificado de depósito bancário (CDB)	31.361	53.579
	31.405	53.609

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por debêntures e aplicações vinculadas ao empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5.2.2. Movimentação

	Debêntures	BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.642	11.889	13.531
Rendimentos	1.632	65	1.697
Resgates	(2.000)	—	(2.000)
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(250)	(9)	(259)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.024	11.945	12.969

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.3.1. Política contábil

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Companhia.

5.3.2. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2023	2022
AAA	AAA	AAA	8.643	1.737
AA	AA	AA	—	2
AAA	—	AAA	—	7.122
AAA	—	—	18.045	—
AAA	AAA	—	12.971	58.279
—	AAA	AAA	4.715	—
			44.374	67.140

6. CLIENTES

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) que tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época e valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	À vencer	Vencidos	2023	2022
	Até 90 dias	Até 90 dias		
Contratos ACL	2.247	—	1.323	1.323
Contratos ACR	13.512	165	13.677	12.748
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	5.737	—	5.737	4.816
	21.496	165	21.661	18.887

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2023, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização (no limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco Value at Risk (VaR)).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às

situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2023	2022
Ativo		
Saldo negativo IRPJ e CSLL	4.726	393
INSS a recuperar	4	—
ICMS a recuperar	—	61
ISS a recuperar	86	71
	4.816	525
Passivo		
PIS e COFINS a recolher	1.085	923
ICMS a recolher	67	—
ISS a Recolher	—	20
Outros	46	20
	1.198	963

8. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi para a energia no ACR.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR.

Com base no patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior pela controlada Rio Canoas que foi compensado com o valor do prêmio de seguro estipulado pela Aneel. A quantidade repactuada foi de 42,2 MWh, ao preço unitário de R\$ 14,51, perfazendo um montante de R\$ 6.132. O prazo de concessão foi estendido para 11 de janeiro de 2051 e sua apropriação será pelo prazo de venda de energia no mercado regulado.

8.1. Composição

Produto	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Repactuação de risco hidrológico	259	5.355	5.614	259	5.614	5.873
	259	5.355	5.614	259	5.614	5.873

Produto	Repactuação (MWh médios)		Reembolso unitário (R\$)		Saldo a reembolsar	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
SP90	42,249	422,487	13,29	—	5,614	—

9. IMOBILIZADO

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Vida útil-econômica remanescente	2023		2022	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terrenos	—	27	—	27
Reservatório, barragens e adutora	—	26	—	26
Edificações, obras civis e benfeitorias	—	26	—	26
Máquinas e equipamentos	—	23	—	23
Veículos	—	2	—	2
Móveis e utensílios	—	11	—	11
Sistema de transmissão e conexão	—	26	—	26
		27		26
Em curso				
Terrenos	9.029	—	9.029	9.261
Edificações, obras civis e benfeitorias	117	—	117	83
Máquinas e equipamentos	4.389	—	4.389	8.633
Móveis e utensílios	15	—	15	6
	13.550	—	13.550	17.983
Total do ativo imobilizado	1.130.332	(329.779)	800.553	830.092

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais".

9.2. Composição

Em serviço	2023		2022		Taxa média anual de depreciação
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	88.603	(24.069)	64.534	66.918	2,7%
Reservatório, barragens e adutora	556.368	(164.437)	391.931	406.356	2,7%
Edificações, obras civis e benfeitorias	309.371	(91.759)	217.612	225.780	2,7%
Máquinas e equipamentos	149.335	(44.954)	104.381	104.041	3,0%
Veículos	1.227	(973)	254	416	13,2%
Móveis e utensílios	427	(132)	295	290	6,1%
Sistema de transmissão e conexão	11.451	(3.455)	7.996	8.308	2,7%
	1.116.782	(329.779)	787.003	812.109	
Em curso					
Terrenos	9.029	—	9.029	9.261	
Edificações, obras civis e benfeitorias	117	—	117	83	
Máquinas e equipamentos	4.389	—	4.389	8.633	
Móveis e utensílios	15	—	15	6	
	13.550	—	13.550	17.983	
Total do ativo imobilizado	1.130.332	(329.779)	800.553	830.092	

9.3. Movimentação

	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2023
Em serviço							
Terrenos	66.918	—	—	—	(2.384)	—	64.534
Reservatório, barragens e adutora	406.356	—	—	419	(14.844)	—	391.931
Edificações, obras civis e benfeitorias	225.780	—	—	60	(8.228)	—	217.612
Máquinas e equipamentos	104.041	—	(1)	4.857	(4.516)	—	104.381
Veículos	416	—	—	—	(162)	—	254
Móveis e utensílios	290	—	(6)	37	(26)	—	295
Sistema de transmissão e conexão	8.308	—	—	—	(312)	—	7.996
	812.109	—	(7)	5.373	(30.472)	—	787.003

	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2023
Em curso							
Terrenos	9.261	—	—	—	—	(232)	9.029
Edificações, obras civis e benfeitorias	83	94	—	(60)	—	—	117
Máquinas e equipamentos	8.633	1.175	—	(5.419)	—	—	4.389
Móveis e utensílios	6	9	—	—	—	—	15
	17.983	1.278	(7)	(106)	(30.472)	(232)	13.550
Total do ativo mobilizado	830.092	1.278	(7)	(106)	(30.472)	(232)	800.553
Em serviço							
Terrenos	69.304	—	—	—	(2.386)	—	66.918
Reservatório, barragens e adutora	420.803	—	—	425	(14.872)	—	406.356
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.469	—	—	533	(8.222)	—	225.780
Máquinas e equipamentos	108.040	—	(22)	469	(4.446)	—	104.041
Veículos	551	—	—	34	(169)	—	416
Móveis e utensílios	319	—	—	—	(29)	—	290
Sistema de transmissão e conexão	8.621	—	—	—	(313)	—	8.308
	841.107	(22)	—	1.461	(30.437)	—	812.109
Total do ativo imobilizado	858.514	3.291	(22)	—	(30.437)	(1.254)	830.092

	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2022
Em curso							
Terrenos	9.574	941	—	—	—	(1.254)	9.261
Edificações, obras civis e benfeitorias	185	(6)	—	(96)	—	—	83
Máquinas e equipamentos	7.614	2.350	—	(1.331)	—	—	8.633
Veículos	34	—	—	(34)	—	—	—
Móveis e utensílios	—	6	—	—	—	—	6
	17.407	3.291	—	(1.461)	—	(1.254)	17.983



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

10.4.3. Repactuação extensão da concessão

Repactuação da extensão da concessão - em 2015, ocorreram grandes restrições hidrológicas que prejudicaram a produção de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Por este motivo a Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015, permitiu a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. De acordo com o termo de repactuação e em decorrência de sua retroatividade, a controladora Rio Canoas adquiriu o direito de recuperar parcialmente o custo com o GSF de 2015. O montante de R\$ 6.651 (R\$ 6.910 em 31 de dezembro de 2018) como prêmio de seguro e a outra parte como extensão da concessão (intangível) no montante de R\$ 21.145 (R\$ 21.969 em 31 de dezembro de 2018), equivalente a 217 dias, para a classe do produto escolhido (SP90), ambos serão amortizados pelo prazo da concessão.

10.4.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:
i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física;
ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e
iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.
Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

11. FORNECEDORES

11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.
Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.2. Composição

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante
Materiais e serviços contratados	1.242	20.640	21.882	1.687
Encargos de uso da rede elétrica	1.236	-	1.236	1.218
TUST	1.236	-	1.236	1.218
	2.478	20.640	23.118	2.905

A Rio Canoas reconheceu no ano de 2023 uma provisão no valor de R\$ 20.640, decorrente da expectativa provável de desembolso, para cumprir obrigações contratuais firmadas no âmbito do seu contrato de concessão, os quais representam um custo para a Companhia em 2023.

12. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

12.1. Composição

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante
CFURH	1.553	-	1.553	665
P&D	127	134	261	2.373
TFSEE	61	-	61	55
	1.741	134	1.875	3.093

12.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)
A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.1.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto

12.1.3. Características dos contratos de financiamento

Sub-créditos	Juros	Amortização	Destinação do sub-créditos
Sub-créditos "A":	247.300		Destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financiáveis
Sub-créditos "B": (*)	15.000		Destinado à aquisição de máquinas e equipamentos
Sub-créditos "C":	100.000	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de julho de 2015 e a última no dia 15 (quinze) de junho de 2031.	FNAME
Sub-créditos "D"	3.700	TJLP + 2,34% a.a.	Destinados à implantação do sistema de transmissão de interesse restrito
Sub-créditos "E":	1.830	TJLP	Destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas sócio ambientais do programa de educação ambiental (PBA*)
Total	367.830		

(*) Sub-créditos pendentes de liberação no montante de R\$ 15.000. Os empréstimo e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data destas demonstrações financeiras.

12.1.4. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- Alienação fiduciária de 100% das ações da emissora;
- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária sobre os direitos emergentes da concessão.

12.1.5. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos superior a 25% do Lucro Líquido;
- Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,30.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants, conforme abaixo:

Acumulado dos últimos 12 meses	2023	2022
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	53.609	37.297
(+) Ebitda	65.287	79.036
(-) Impostos sobre o lucro	4.889	(5.375)
	123.785	110.958
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	28.307	28.010
(+) Pagamento de juros	18.527	20.535
	46.834	48.545
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,30	2,64	2,29

aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel. Em atendimento ao Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/2007, o Grupo tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta. Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

12.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13. FINANCIAMENTOS

13.1. Política contábil

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 05 de setembro de 2012 foi autorizada a obtenção de financiamento, destinado à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em data de 10 de julho de 2012, o correspondente contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1 no valor de R\$ 367.830.

Para estes contratos a Companhia possui cláusulas restritivas ("Covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

13.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023		2022	
			Princ. circulante	Princ. não circulante	Princ. circulante	Princ. não circulante
			Juros e variação monetária	Juros e variação monetária	Total	Total
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	26.833	2.292	29.125	173.709
BNDES	TJLP	16/06/2031	65	17	82	978
			26.898	2.309	29.207	174.687
						10.061
						184.748

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023		2022	
			Princ. circulante	Princ. não circulante	Princ. circulante	Princ. não circulante
			Juros e variação monetária	Juros e variação monetária	Total	Total
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	26.748	2.105	28.853	200.571
BNDES	TJLP	16/06/2031	147	14	161	1.000
			26.895	2.119	29.014	201.571
						9.492
						211.063

13.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2025	2026	2027	2028	2029	Total
TJLP + 2,34% ao ano	28.263	28.263	28.263	28.263	70.656	183.708
TJLP	189	189	189	189	284	1.040
	28.452	28.452	28.452	28.452	70.940	184.748

13.4. Movimentação

	TJLP + 2,34% ao ano	TJLP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	238.861	1.216	240.077
Apropriação de juros	18.385	50	18.435
Apropriação de variação monetária	2.268	9	2.277
Pagamento de principal	(28.204)	(103)	(28.307)
Pagamento de juros	(18.477)	(50)	(18.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	212.833	1.122	213.955

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023		2022	
			Princ. circulante	Princ. não circulante	Princ. circulante	Princ. não circulante
			Juros e variação monetária	Juros e variação monetária	Total	Total
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	26.748	2.105	28.853	200.571
BNDES	TJLP	16/06/2031	147	14	161	1.000
			26.895	2.119	29.014	201.571
						9.492
						211.063

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

14.1. Política contábil

A distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio são realizadas para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e são reconhecidos como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a liberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

14.2. Movimentação dos dividendos a pagar

	Dividendos adicionais		Dividendos pagos		Saldo em 2023
	Saldo em 2022	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Saldo em 2023	
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	35.000	(35.000)	-	-
	-	35.000	(35.000)	-	-

14.3. Movimentação dos juros sobre capital próprio a pagar

	JSCP a pagar		JSCP pagos		Saldo em 2023
	Saldo em 2022	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Saldo em 2023	
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	11.050	27.200	(11.050)	-	27.200
	11.050	27.200	(11.050)	-	27.200

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

15.1. Política contábil

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através do contrato de concessão nº 03/2010 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, a Companhia paga, valores anuais, contados a partir da assinatura do contrato, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do exercício de concessão.
A taxa de desconto no cálculo do valor presente é de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

15.2. Composição

	2023		2022	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Valor nominal	1.258	33.159	34.417	1.202
(-) Ajuste a valor presente	(61)	(21.729)	(21.790)	(58)
	1.197	11.430	12.627	11.026
				12.170

15.3. Movimentação

	Principal		Ajuste a valor presente		Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.125	-	(21.955)	-	12.170
Ajuste a valor presente	-	-	165	-	165
Pagamento	(1.220)	-	-	(1.220)	-
Atualização monetária	1.512	-	-	1.512	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.417	1.144	(21.790)	11.026	12.627

16. PARTES RELACIONADAS

16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Paranapanema Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia com empresas coligadas.

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	598	-	509
Rio Verde Energia S.A.	56	1	2	1
Rio Parana Energia S.A.	12	128	47	155
Rio Paranapanema Energia S.A.	4	62	17	78
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	1	-
	72	789	67	743

16.4. Resultado

	2023			2022		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(4.516)	(4.516)	-	(4.393)	(4.393)
Rio Verde Energia S.A.	534	-	534	426	-	428
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	1.482	-	1.482	4.535	-	4.535
Rio Parana Energia S.A.	-	(1.289)	(1.289)	-	(460)	(460)
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	(806)	(806)	-	(274)	(274)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	3				



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

24.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

24.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

24.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

24.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização das controladas, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

24.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

24.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Classificação	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
		Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros					
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	44	44	30
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	31.361	31.361	53.579
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	12.969	12.969	13.531
Clientes	Custo amortizado	-	21.661	21.661	18.887
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	72	72	67
			66.107	66.107	86.094

Classificação	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
		Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	23.118	23.118	2.905
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	1.875	1.875	3.093
Financiamentos	Custo amortizado	-	213.955	213.955	240.077
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	27.200	27.200	11.050
Uso do Bem Público (UBP)	Custo amortizado	-	12.627	12.627	12.170
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	789	789	743
			279.564	279.564	270.038

25. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)	
		2023	2022
Risco operacional	04/08/2023 a 04/08/2024	1.000.000	
Responsabilidade civil	04/08/2023 a 04/08/2024	140.000	
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2024	110.000	
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2023 a 08/12/2024		150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes.

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Consolidado	
	2023	2022
Juros sobre o capital próprio a pagar	27.200	11.050

27. COMPROMISSOS

27.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

Contratos	Compromissos até
ACR - Contratos ambiente regulado	2044
ACL - Contratos bilaterais	2026

DIRETORIA

Aljan de Abreu Machado - Diretor
Márcio José Peres - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria
Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC - PR-068461-O/1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Canoas Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Canoas Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Canoas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

www.ctgbr.com.br



BEM PARANÁ

Informação vai bem.



BANCO SISTEMA S.A.

CNPJ 76.543.115/0001-94

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Contábeis relativas à posição patrimonial e contábil para Exercícios e Semestres findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)							
	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	
Ativo		1.096.826	1.134.358		150.261	382.734	
Disponibilidades	6	1.435	6.256		7.153	25.939	
Instrumentos financeiros		415.594	279.909		143.108	356.795	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	354.620	182.160		3.918	3.918	
Relações interfinanceiras		23.544	23.432	13	52.869	21.600	
Operações de crédito	8	50.616	97.074		21.819	19.295	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(13.186)	(22.757)	13	38.892	132.122	
Outros créditos		668.945	828.019	14	25.610	179.860	
Créditos por Avais e Fianças Honradas		343	343	16	4.045.326	4.224.117	
Rendas a receber		60.360	70.521		600.000	600.000	
Diversos	9	193.497	405.372		2.769.409	2.769.409	
Ativo fiscal diferido	15	426.946	368.175		673.889	853.502	
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(12.201)	(16.392)		2.028	1.206	
Outros valores e bens		10.852	20.174				
Outros valores e bens	10	29.048	37.105				
Despesas antecipadas		958	2.061				
Provisão para desvalorização		(19.154)	(18.992)				
Permanente		3.098.761	3.472.493				
Investimentos		3.098.686	3.472.365				
Participação em controladas	11	3.098.080	3.471.758				
Outros investimentos		606	1.183				
Provisão para perdas		-	(576)				
Imobilizado de uso		51	88				
Outras imobilizações de uso		677	677				
Depreciações acumuladas		(626)	(589)				
Intangível		24	40				
Outros ativos intangíveis		192	192				
Amortizações acumuladas		(168)	(152)				
Total do ativo		4.195.587	4.606.851		4.195.587	4.606.851	
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Demonstração do Resultado					
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		84.982	177.354	313.840	
Operações de crédito		65.606	139.116	176.983	
Resultado com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez		19.3/6	38.238	136.857	
Despesas da intermediação financeira		1.109	(734)	(178.729)	
Operações de captação no mercado		-	-	(156.355)	
Operações de empréstimos e repasses		(79)	(1.367)	(13.953)	
Reversão/(Constituição) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	1.188	633	(8.421)	
Resultado bruto da intermediação financeira		86.091	176.620	135.111	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(165.215)	(435.482)	(200.619)	
Despesas de pessoal		(2)	(197)	(39)	
Outras despesas administrativas	17	(181.801)	(330.324)	(520.457)	
Despesas tributárias		(5.809)	(11.586)	(11.459)	
Resultado de participações em controladas	11	(14.689)	(100.849)	(275.089)	
Outras receitas operacionais		47.754	71.614	66.549	
Outras despesas/receitas operacionais	18	(10.668)	(64.140)	(10.302)	
Despesas de provisões		24.141	63.119	22.119	
Reversão/(Constituição) de provisão para passivos contingentes	14	24.141	63.119	22.119	
Resultado operacional		(54.983)	(195.743)	(43.389)	
Resultado não operacional	19	13.896	18.868	2.713	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(41.087)	(176.875)	(40.676)	
Imposto de renda e contribuição social	14	(4.625)	(2.738)	(179.474)	
Provisão para imposto de renda		(30.001)	(30.011)	(9.205)	
Provisão para contribuição social		(24.020)	(28.973)	(7.479)	
Ativo fiscal diferido		49.396	56.246	196.158	
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		(45.712)	(179.613)	138.798	
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(6,43)	(25,26)	0,07	
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado)									
	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Legal	Estatutária	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		300.000	100.000	21.815	692.889	714.704	407	-	1.115.111
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	138.798	138.798
Aumento de Capital	19	300.000	2.700.000	-	-	-	-	-	3.000.000
Cisão de ativos		-	(30.591)	-	-	-	-	-	(30.591)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	799	-	799
Destinações do resultado		-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção/Constituição de reservas		-	-	6.940	131.858	138.798	-	(138.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		600.000	2.769.409	28.755	824.747	853.502	1.206	-	4.224.117
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(179.613)	(179.613)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	822	-	822
Destinações do resultado		-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção/Constituição de reservas		-	-	(28.351)	(151.262)	(179.613)	-	179.613	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		600.000	2.769.409	404	673.485	673.889	2.028	-	4.045.326
Saldos em 30 de junho de 2023		600.000	2.769.409	404	853.098	853.502	1.693	(133.901)	4.090.703
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	-	(45.712)	(45.712)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	335	-	335
Destinações do resultado		-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção/Constituição de reservas		-	-	-	(179.613)	(179.613)	-	179.613	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		600.000	2.769.409	404	673.485	673.889	2.028	-	4.045.326
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

Demonstração do Resultado Abrangente					
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		(45.712)	(179.613)	138.798	
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas		335	822	799	
Resultado abrangente do semestre/exercício		(45.377)	(178.791)	139.597	
		Os itens apresentados na demonstração do resultado abrangente podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado.			
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Atividades operacionais					
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		(45.712)	(179.613)	138.798	
Ajustes ao lucro líquido		41.205	183.334	(120.424)	
Amortização e depreciação	17	101.241	202.483	364.269	
Constituição/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(1.188)	(633)	8.421	
Provisão/(Reversão) - Passivos contingentes	14	(24.141)	(63.119)	(22.119)	
Ativo fiscal diferido		(49.396)	(56.246)	(195.906)	
Resultado de participações em controladas	11	14.689	100.849	(275.089)	
(Prejuízo)/Lucro líquido ajustado		(4.507)	3.721	18.374	
Atividades operacionais					
Aplicações interfinanceiras de liquidez		270.429	182.160	557.544	
Relações interfinanceiras		(111)	(112)	-	
Operações de crédito		14.657	46.458	5.319	
Outros créditos		9.284	215.320	(198.225)	
Outros valores e bens		(7.363)	9.322	154.748	
Obrigações por empréstimos e repasses		78	(18.786)	13.908	
Outras obrigações		36.254	(159.295)	(549.591)	
Caixa proveniente das atividades operacionais		318.721	278.788	2.077	
Atividades de investimento					
(Aquisição)/Alienação de outros investimentos		101	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		36.197	71.011	106.306	
Caixa utilizado nas atividades de investimento		36.298	71.011	106.306	
Atividades de financiamento					
Recursos de aceites e emissão de títulos		-	-	(1.693)	
Depósitos interfinanceiros		-	-	(3.105.338)	
Aumento de capital		-	-	2.997.223	
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		-	-	(109.808)	
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	19	355.019	349.799	(1.425)	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.036	6.256	7.681	
No início do semestre/exercício		356.055	356.055	6.256	
No fim do semestre/exercício		-	-	-	
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	19	355.019	349.799	(1.425)	
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: O Banco Sistema S.A. ("Banco"), sob a forma de banco múltiplo, desenvolveu suas atividades de forma integrada até 26 de março de 1997, operacionalizando as carteiras de crédito comercial, imobiliário, rural, financiamento, investimento e câmbio. Após essa data passou a ser administrado sob o regime especial de intervenção, decretado pelo Banco Central do Brasil, convalidado em Liquidação Extrajudicial em 26 de março de 1998, nos termos da Lei nº 6.024/74, cujo regime perdurou até 19 de dezembro de 2014, data de aquisição pelo Banco BTGP Pactual S.A.. O Banco está sediado na Rua da Glória, 251 - 402, em Curitiba/PR, e possui como local principal de seus negócios à Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 - 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do grupo BTGP Pactual ("Grupo"), onde as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. O Banco tem como controlador o Banco BTGP Pactual S.A. ("BTGP Pactual"), que é controlado pela BTGP Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTGP Pactual Holding S.A. ("Holding"), que por sua vez é controlada pelo BTGP Pactual G7 Holding S.A. ("G7"). As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração em 15 de março de 2024. **2. Reorganizações societárias e aquisições:** Incorporação: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de setembro de 2022, foi aprovada a proposta de incorporação e o laudo de avaliação contábil da parcela cindida do Banco. A avaliação da parcela de patrimônio cindida ocorreu de acordo com os critérios previstos na Lei das Sociedades por Ações e equivale ao montante total de R\$ 27.814. A cisão parcial faz parte do processo de expansão e abrangência das atividades do Grupo BTGP no mercado de créditos estressados, bem como da centralização das atividades de soluções tecnológicas, através da BTGP Solutions Ltda. Na visão da Administração do Grupo BTGP, a operação gerará maior integração comercial do Banco BTGP Pactual com suas subsidiárias, com o objetivo de gerar eficiência operacional e promover a integração entre unidades e áreas de negócios, de modo a garantir qualidade aos processos internos de cada portfólio, aumentando sinergia e a eficiência administrativa e operacional do Grupo BTGP. Como efeito da Reorganização, o valor dos ativos cindidos (creditado do ativo) será integralmente absorvido a débito na conta de reserva de capital do Banco e não resultará em redução do capital social. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, a valor recuperável de ativo, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas periodicamente. A Resolução Bacen nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, consolidaram critérios gerais e procedimentos para divulgação das demonstrações financeiras. Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentada em nota explicativa. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revogou a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Referida Carta-Circular indicava que as Instituições Financeiras deveriam reconhecer em seu passivo, independente de avaliação da probabilidade de saída de recursos, todas as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre constitucionalidade de leis. No entanto, é importante destacar que os valores provisionados pelo Banco estavam aderentes tanto com as disposições do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, quanto com as normas estabelecidas na Carta-Circular nº 3.429/2010. Portanto, após a revogação da Carta-Circular, não foi necessário efetuar quaisquer ajustes ou adequações na contabilidade do Banco. A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no BACEN remunerados, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas:** As operações com cláusula de atualização monetária/câmbio e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata dia" com base na taxa efetiva das operações. **c. Títulos e valores mobiliários:** São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias: **i. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período. Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são apresentados no balanço patrimonial, como ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos. **ii. Títulos disponíveis para**

venda: Não se enquadram como negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. **iii. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas. **d. Determinação do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: **• Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. **• Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. **• Nível 3:** Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período. **e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários e demais direitos e obrigações:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira das operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado. As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou passivo. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos. **f. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e

★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Sistema S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



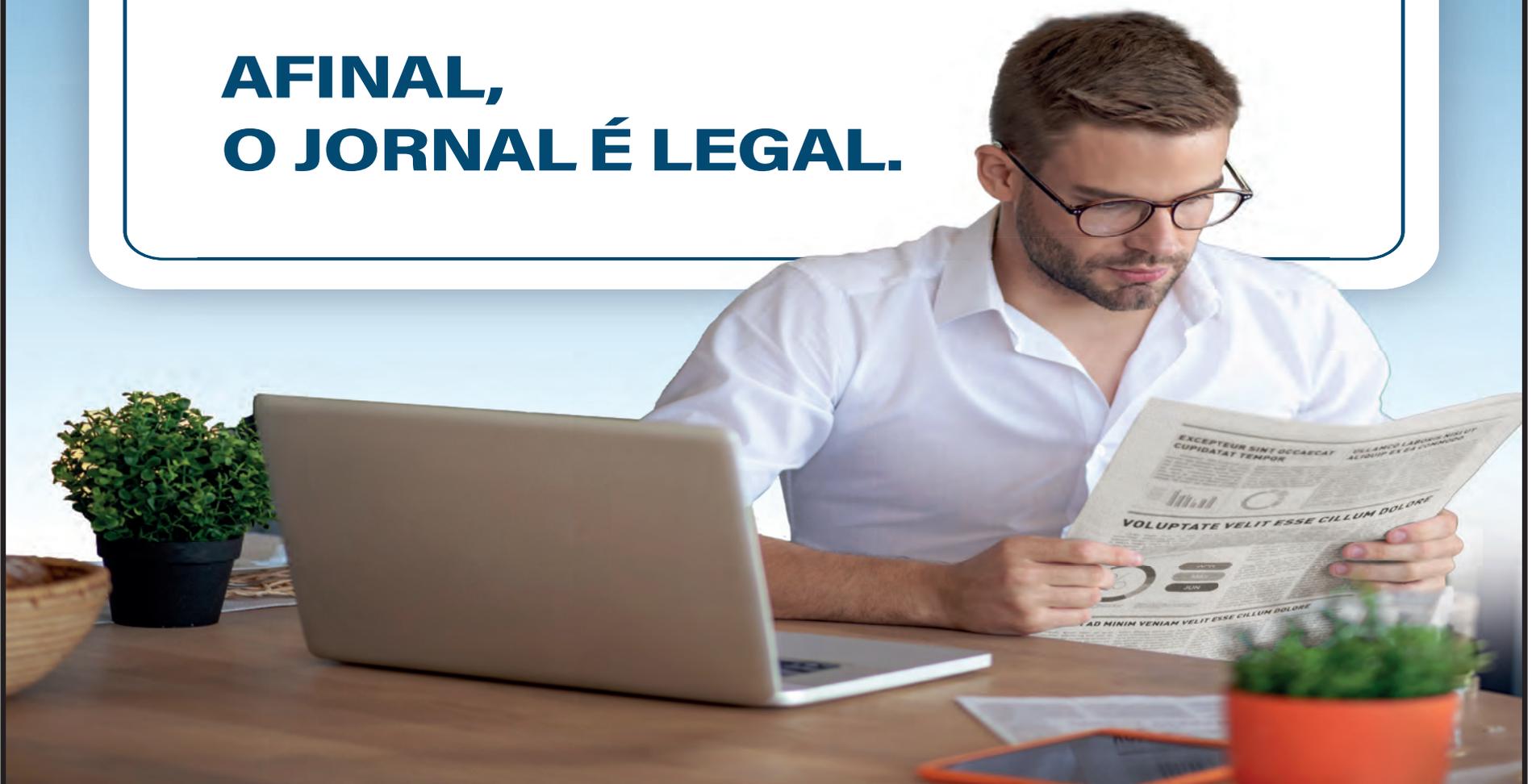
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 15 de março de 2024

Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP127241/O-0

AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
NOS JORNAIS SÃO DATADAS E
AUTENTICADAS, SEM MARGEM
PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR
DO CONTEÚDO DIVULGADO.

**AFINAL,
O JORNAL É LEGAL.**



LUZ

SANEPAR **PARANÁ**

A empresa abaixo torna público que requereu ao IAT, a renovação da Licença de Operação - RLO nº 35776, para o empreendimento a seguir especificado: EMPRESA: **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**. ATIVIDADE: ETL ETA Iguaçú. ENDEREÇO: Rodovia BT 277, Km 4,5 - ETA Iguaçú. MUNICÍPIO: Curitiba. VALIDADE: 30/08/2024.

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

CNPJ n.º 02.725.300/0001-63 - NIRE 41.300.016.348

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição das acionistas da Pasa – Paraná Operações Portuárias S.A, na sede social, localizada no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, n.º 67, Dom Pedro II, CEP 83221-565, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei n.º 6.404/76, relativos ao exercício social de 2023.

Paranaguá, 15 de março de 2024.

Paulo Meneguetti
Diretor Presidente

SIGMUC
Sindicato da Guarda Municipal de Curitiba
www.sigmuc.com.br

SIGMUC
Rua Presidente Faria, 51
Edifício Farid Surugi Conj. 803 Centro
CEP 83.025-290
Fone: (41) 3264-9922
Curitiba-PR

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal de Curitiba - SIGMUC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os integrantes da categoria, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, terça-feira. Assembleia realizar-se-á na sede da Federação Espírita do Paraná, situada na Alameda Cabral, 300, Centro, Curitiba - Paraná, às 19:30 horas em primeira convocação e às 20:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1- Ratificação da Pauta de Reivindicações da Categoria 2024;
- 2- Assuntos Gerais.

As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.
Curitiba, 18 de março de 2024.

Regiane Soldani Sobreiro
CPF nº 005.416.259-93
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

Objeto: Serviço de recuperação de pavimento asfáltico e tapa buraco, do tipo menor preço unitário por Lote, através do sistema de registro de preços.

Data: 05 de abril de 2024 / Horário: 09h00min.

Plataforma ComprasNet

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – UASG:987915 – N.º 90015

O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico:

<https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/pad/rao/1/load/1>

Telêmaco Borba, 19 de março de 2024.

Gabriel Marcondes Pukanski
Pregoeiro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CEARE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE EIRELI E JOÃO CEZAR BONATELLI

Nos termos do artigo 7º do Regulamento de Arbitragem da **CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DO PARANÁ – CMA/PR**, cuja cópia está à disposição nesta Instituição, tem a presente a finalidade de notificar **Ceare Serviços de Contabilidade Eireli**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.173.673/0001-60 e **João Cezar Bonatelli**, contador, inscrito no CRC/PR nº 056776/O-8 e CPF nº 919.104.719-68, que se encontram em lugar incerto e/ou não sabido, acerca do protocolo de Solicitação de Instauração de Arbitragem nº 14/2024 referente ao Contrato de Prestação de Serviços Contábeis celebrado com Rafaela Barranco.

Assim, nos termos do referido regulamento, fica V. Sª. notificado(a) acerca da escolha do árbitro que conduzirá e julgará a referida demanda arbitral, cujo nome poderá ser verificado na CMA-PR.

Fica V. Sª. citado(a) a comparecer na sede da CMA/PR, localizada na Rua Doutor Pedrosa, 475, 2º Andar, Centro, Curitiba/PR, no dia **10/04/2024, às 10:30 horas**, ocasião na qual será realizada a 1ª Audiência de Conciliação. Em caso de não comparecimento, no dia e hora marcados, fica V. Sª. citado(a) a apresentar sua defesa quanto aos pedidos e demais alegações apresentadas pelo(s) demandante(s), com a indicação das provas que pretende produzir, até o dia **20/04/2024**, conforme Artigo 10 do Regulamento de Arbitragem da CMA-PR. Ressaltamos que serão sempre respeitados os princípios do contraditório, da igualdade das partes e da ampla defesa. Entretanto, informamos que a sua revelia não impedirá que seja proferida Sentença Arbitral. Esclarecemos, ainda, que as partes poderão postular por advogado, respeitada sempre a faculdade de designar quem as represente, mediante Procuração, ou assista no Procedimento Arbitral. OBS. Em caso de dúvidas, entrar em contato por telefone (41- 3233-9336/ 41- 99142-6152) ou e-mail: gamarapr@cmapr.com.br Curitiba, 19/03/2024

Câmara de Mediação e Arbitragem do Paraná -CMA/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024

Lei 14133/2021

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no transporte rodoviário, para realização de transporte de professores e funcionários da UNICENTRO, de Irati/PR a Prudentópolis/PR durante os dias letivos.

PREÇO MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 132.964,74 (Cento e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

DATA: 08 de abril de 2024, às 08:30hrs, plataforma: www.comprasgovernamentais.gov.br.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site www.prudentopolis.pr.gov.br e na plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br, e demais informações no telefone 08008080130.

Lidiane Campagnaro - Pregoeira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8ª CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 1º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.registro.com.br

ITALO CONTI JÚNIOR
CPF/MF nº 004.056.559-91
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

ITALO CONTI JÚNIOR, Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc.

Ref. Prot.: 736.168.

FAZ SABER a, **IVALDO ACHILLES GENOL**, CPF/MF: 201.348.359-72, Rua Brasília Pery Moreira, nº 48 - Pinheirinho, na qualidade de proprietária e/ou ocupante do(s) imóvel(is) constituído(s) pelo(s) Lote de terreno nº 11 (onze), da Quadra nº 10 (dez), da Planta "VILA MAUÁ", situado no Distrito do Pinheirinho, nesta Cidade de Curitiba-PR, com Indicação Fiscal nº 83.446.011.000-0, conforme Transcrição nº 13.079, do Livro 3-J, que a requerimento de SOELI DA LUZ MENDES KOBACHUK, foi instaurado nesta Serventia, conforme Protocolo nº 736.168 do Livro nº 1, de Protocolo, processo visando a RETIFICAÇÃO das medidas perimetrais com alteração de área do imóvel de propriedade da requerente, constituído pelo Lote de terreno nº 01 (um), da Quadra nº 10 (dez), da Planta "VILA MAUÁ", situado no Distrito do Pinheirinho, nesta Cidade de Curitiba-PR, matriculado nesta Serventia sob nº 171.428, do Livro 2, de Registro Geral, e cadastrado junto ao Município de Curitiba sob a Indicação Fiscal 83.446.001.000-8. Assim, não tendo sido possível notificá-los pessoalmente, conforme certidão de 13/09/2023 no protocolo nº 1.008.220, registrado sob nº 1.213.671 em 04/09/2023, no 1º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba-PR e protocolo nº 1.180.624 - 1.180.625, registro nº 847.161 do 2º Registro de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, vem, em conformidade com o disposto no artigo 213, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.015/73, com a redação dada pelo artigo 59 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, **NOTIFICÁ-LO**, pelo presente Edital, para, querendo e na qualidade de confinante, impugnar a retificação, no prazo **improrrogável de 15 (quinze) dias**, contados da data da segunda e última publicação deste Edital, cuja manifestação deverá ser entregue no Cartório a seu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Ed. Mauá, 18º andar - Centro, nesta Capital.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convenção no contrato, para o procedimento de cobrança, fica(m) INTIMADO(A)(S) V.Sª(s), para que se dirija (m) ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 16º andar - Centro, CURITIBA-PR, no horário das 8:30 às 17:00 horas, onde deverá(ão) efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo **improrrogável de 15 (quinze) dias**, contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica(m), ainda, CIENTIFICADO(A)(S) V.Sª(s), de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 12 de março de 2024

ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO

Subscritores autorizados:
ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Substituta Legal
CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada
SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por:
ITALO CONTI JÚNIOR
No dia: 12/03/2024



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 018/2024

OBJETO: Coleta Regular e Transporte até a Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos Domiciliares. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 2.864.400,00. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 20/03/2024, até às 08:00 horas do dia 05/04/2024. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 05/04/2024, às 08:30 horas, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 05/04/2024 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <http://www.ribrancodosul.pr.gov.br>, no link Portal da Transparência, do dia 20/03/2024 ao dia 05/04/2024. **INFORMAÇÕES:** poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 19/03/2024.

Crisleine dos Santos Leonart
Departamento de Compras e Licitação



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

EDITAL Nº 054/2024

ORGANISMO INTERNACIONAL

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

BRA/IICA/14/002

SELECIONA CONSULTOR(A) POR PRODUTO

Código: TR/PF/IICA-25516

TR CONS PR 001/2023-CCF - Realizar levantamentos, análises e avaliações da execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário e dos programas e políticas públicas de desenvolvimento territorial no Estado do Paraná, fornecendo subsídios à Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental para a implementação de rotinas e ferramentas de monitoramento e fiscalização das ações, bem como para a qualificação e ampliação da implementação destas políticas públicas.

Formação: Ciências Agrárias ou Humanas ou Sociais Aplicadas de acordo com a Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.

Experiência Profissional: 05 (cinco) anos em Projetos e/ou Programas e/ou Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar. Experiência Desejável: Programa Nacional de Crédito Fundiário e/ou ações de articulação e desenvolvimento territorial.

Vigência Contratual: 12 meses

Número de Vagas: 1

Outras Informações: Para participar do edital de seleção os candidatos deverão se cadastrar no processo, **impreterivelmente entre os dias 25 e 30 de março de 2024 às 23:59:00h**. A responsabilidade pelo processo seletivo de serviços técnicos de consultoria é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. A íntegra do edital e o resultado da seleção (após processo seletivo) poderão ser visualizados na página do IICA <https://www.iica.org.br/pi/node/75>

Fundamento Legal: Decreto nº 5151, de 22/07/04, Portaria MRE Nº 08 de 04/01/2017 e Portaria Nº 47, de 11/07/2014.

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18/2024
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Maiores informações pelo fone: (41) 36261122 Ramal 224.

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da engenharia para construção de nova sede para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Mandirituba com área de 206,65m²

Data da Sessão: 30 de Abril de 2024 às 09h00.

Valor Máximo: R\$ 1.364.167,46 (Hum milhão trezentos e sessenta e quatro mil cento e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos)

Link: www.gov.br/compras

Portal de Compras do Governo Federal – PNCP:
https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 19 de Março de 2024

Luis Antonio Biscaia
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA PARANÁ

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024 – SMS CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde, esta com credenciamento aberto através do Edital de Convocação n.º 01/2024 disponível no site www.telemacoborba.pr.gov.br para prestação de serviços:

- Serviços Médicos em Atenção Básica
- Serviços Médicos Ambulatorial Especializados
- Serviços Médicos em Saúde Mental – CAPS
- Serviços Médicos em Assistência Plantonista
- Serviços de Assistência Ambulatorial
- Serviços de Atendimento Multidisciplinar TEA
- Cirurgias Eletivas
- Laboratório de Análises Clínicas

Os interessados devem se cadastrar junto a Secretária Municipal de Saúde, no período de 20 de março de 2024 a 19 de março de 2025, (considerando somente os dias úteis) no horário das 09h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Rua Prudente de Moraes, 109 -Alto das Oliveiras, CEP: 84.265-375, cidade Telêmaco Borba, Estado do Paraná apresentando a documentação constante da Lei 14.133/2024

Maiores informações através dos contatos: anderson.catto@tb.pr.gov.br, marlise@telemacoborba.pr.gov.br ou através dos fones

(42) 3127-8550 / 3127-8594 / 3127-8595

Telêmaco Borba, 19 de março de 2024.

Anderson Catto
Secretario Municipal de Saúde

Edição impressa



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

A Coordenadora Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – SISMUC, no uso de suas atribuições, convoca todos os Servidores Públicos Municipais para participarem, conforme Art. 81 do nosso Estatuto, da Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia, **27 de março de 2024, quarta-feira**, no auditório do 2º andar do SISMUC, localizado na Rua Monsenhor Celso, 225, Centro nesta Capital, às 19h:00 (Dezenove horas) em primeira convocação e às 19h30min (Dezenove horas e trinta minutos) em segunda convocação, tendo como pauta:

- 1 - Balanço financeiro exercício de 2023;
- 2 - Balanço patrimonial de 2023;
- 3 - Plano orçamentário anual 2024;
- 4 - Informes Gerais;

Curitiba, 19 de março de 2024.

Juliana de Fatima Mildemberg de Lara
Coordenadora Geral do SISMUC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de pedras e derivados, a serem solicitados pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas. **VALOR:** R\$ 728.340,00 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 05/04/2024, no site <http://blcompras.org.br/> - **EDITAL:** www.santoantoniodaplatina.atende.net - **INFORMAÇÕES:** FONES/ MAIL: (43) 3534-8700 - licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br. Santo Antônio da Platina/PR, 19 de março de 2024 – Thaynara C. S. Bachio Rosendo – Pregoeira.



SINDICATO DOS TRAB. NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM, TINTURARIA, ESTAMPARIA DE TECIDOS, MALHARIAS E MEIAS, CORDALHOS E ESTOPAS, FIBRAS TÊXTEIS SINTÉTICAS E ARTIFICIAIS E ACABAMENTO DE CONFEÇÕES DE MALHAS, VESTUÁRIO E ESPECIALIDADES TÊXTEIS. Com base territorial em Curitiba e Região Metropolitana - CNPJ: 76.601.491/0001-98. SEDE PRÓPRIA: Praça Zacarias, 80, 3º andar, conj. 306 – CEP: 80020-080 – Curitiba - Paraná. Site: www.sinditextilctbarm.com.br | E-mail: adm@sinditextilctbarm.com.br | Fone: 3024-5009

Curitiba, 19 de Março 2024.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Curitiba e Região Metropolitana, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas conforme estatutos sociais, em conformidade com os Estatutos da Entidade, vêm através do presente Edital, convocar os Trabalhadores da Categoria para a Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 02 de abril de 2024, às 18h30min em primeira chamada e às 19h00min em segunda Chamada, respeitados os quóruns estatutários na cidade de Curitiba - Paraná, sito a rua Pedro Gusso, 4451, no salão da Igreja Paroquia Sagrada Família na Cidade Industrial de Curitiba em Curitiba – Paraná. A Assembleia ora chamada terá as seguintes Ordens do Dia:

ORDENS DO DIA

- 1-Análise e votação, da última proposta do Sindicato Patronal, quanto a Convenção Coletiva Trabalho – 2024/2025, obtida após as rodadas de negociações realizadas;
- 2-Negociação Individual por empresa caso não seja aceita a proposta Patronal
- 3-Assuntos Gerais atinentes ao momento de negociação vivido pela Categoria.
- 4-Deliberação sobre o valor da Taxa de Contribuição Assistencial conforme a decisão do Supremo Tribunal Superior (STF) por meio de Julgamento do ARE 1018459 no dia 11 de setembro de 2023, a ser cobrada dos associados e não associados;
- 5-Autorização à Diretoria do Sindicato para remeter-se às vias judiciais, caso não lograr êxito nos entendimentos com o Sindicato Patronal.
- 6-Assuntos Gerais atinentes ao momento de negociação vivido pela Categoria.

Atenciosamente

ROMERIO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE SINDICATO.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. **CITA**, com o prazo de 20 (vinte) dias, o requerido **ALEXANDRE OTAVIANO BONADIMAN**, para todos os atos dos autos de **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL** autuado sob nº 0002377-02.2019.8.16.0116, em que é requerente **JULIMAR ANTONIO RABE** e requerido **ALEXANDRE OTAVIANO BONADIMAN**, para querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, apresentar resposta à presente ação. **ADVERTÊNCIA:** Será nomeado Curador Especial, em caso de revelia. **“ADVERTINDO-O DE QUE NÃO SENDO OFERECIDA CONTESTAÇÃO À AÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, SERÁ CONSIDERADO REVEL E PRESUMIR-SE-ÃO VERDADEIRAS AS ALLEGAÇÕES DE FATO FORMULADAS PELO AUTOR NA INICIAL (Art. 344, do Código de Processo Civil).” MINUTA DA INICIAL:** “FAZ SABER ao ALEXANDRE OTAVIANO BONADIMAN, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 140069353 SSP/PR, inscrito no CPF nº 712.495.081-34, eventuais interessados, bem como seu cônjuge e/ou sucessores, e todos que dele tiverem conhecimento que, por parte de **JULIMAR ANTONIO RABE**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 59504878 SSP/PR, inscrito no CPF nº 018.951.429-97, se processa Ação de Cobrança c/c Indenização por Danos Morais, visando ao ressarcimento do valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), depositados na conta bancária de titularidade do réu Alexandre Otaviano Bonadiman, em decorrência da venda fraudulenta do lote de terreno sob nº 19 (dezenove), da quadra nº 7 (sete) da Planta “PRAIA GUACYARA”, situado no lugar denominado CURRAES, no Município e Comarca de Matinhos - PR, medindo 12,00 metros de frente para a Rua “D”, por 30,00 metros de extensão de frente aos fundos em ambos os lados, confrontando pelo lado direito, de quem da referida olha o imóvel com o lote nº 18; e pelo esquerdo com o lote 20, na linha de fundos, onde mede 12,00, confronta com o lote 04, perfazendo a área total de 360,00 m², com benfeitorias, bem como, ser compensado pelo dano moral sofrido em razão de se sentir totalmente impotente e fragilizado face ao ilícito perpetrado pelo réu. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação do réu supramencionado para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, conteste o feito, sob pena de presumir-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (CPC, art. 344). Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.” **DESPACHO de ev. 203:** “Requer a parte autora a citação por edital da parte requerida. Primeiramente, cabe salientar que a citação por edital é medida excepcional, fato que se não observado poderá resultar em futura arguição de nulidade. (RJTJESP 124/46, Bol. AASP) Deste modo: 1. Proceda -se as buscas de novo endereço pelos sistemas Sisbajud, Renajud e Infjud. 1.1 Encontrado novo endereço, proceda tentativa de citação. 2. Infrutífera as buscas, ou tentativa de citação em todos os endereços encontrados, defiro a citação por edital, nos termos do artigo 256, inciso II, e §3º do CPC, com prazo de 20 dias. 2.1 Publique-se o edital, na forma do art. 257, II, do CPC, com a advertência de que será nomeado Curador Especial no caso de revelia. 3. Regularmente citado via edital, a parte requerida não ofereceu qualquer oposição a pretensão inicial, ocorrendo assim à revelia na forma do artigo 344 do Código de Processo Civil. Desta forma, nos termos do artigo 72 do Código de Processo Civil, nomeio, mediante a fé de seu grau, como curador especial a Defensoria Pública. Ressalto que o prazo para resposta é de trinta dias, conforme dispõe o art. 1.003 do CPC. 31. Apresentada a resposta, manifeste-se a parte. 4. Caso já tenham sido realizadas as buscas nos autos à Serventia para que cumpra a partir do item 2, desta decisão. 5. Intimem-se. Diligências necessárias.” Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, aos 01 de FEVEREIRO de 2024. Eu, (Eduardo da Silva), Escrivão Designado, o fiz digitar, conferir e subscrevo. assinado eletronicamente EDUARDO DA SILVAEscrivão Designado Portaria nº 010/2021

Súmula de Renovação de Licença de Operação STEELVIDEA FERRAMENTAS ESPECIAIS LTDA, torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Renovação da Licença de Operação para fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral, peças e acessórios, situada à Rua João Chede, 220, Cidade Industrial, Curitiba-PR.



MUNICÍPIO DE CONTENDA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - REPUBLICADO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2024

Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada – Convenio Mapa N°941889/2023, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

Valor Máximo: O preço total máximo é de **R\$ 484.850,00** (Quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).

Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 20/03/2024 as 08h30m do dia 02/04/2024.

Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 02/04/2024 as 09h:00m do dia 02/04/2024.

Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 02/04/2024.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites www.contenda.pr.gov.br e blcompras.com ou no Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 14 de março de 2024.

Fabio Santos Fernandes
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

“ANILDO NASCIMENTO DOS SANTOS, Nesta ref.: Rescisão de Termo de Reserva para Formalização Futura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel, Confissão de Dívida e Outras Avenças, Curucaca Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.846.621/0001-93, com sede na Rua Flavio Dallegre, nº 2689, Bairro: Hugo Lange, Curitiba/PR, CEP 80040-460, vem através da presente e na melhor forma de direito, proceder a Notificação Extrajudicial da vossa senhoria, pelo que passamos a expor: No dia 02/10/2023, foi assinado Termo de Reserva para Formalização Futura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel, Confissão de Dívida e Outras Avenças, envolvendo o seguinte bem: LOTE 19 QD 15 UN 03 (lote dezoito da quadra quinze unidade três), localizado no Empreendimento denominado RESIDENCIAL VISTA ALEGRE, cujo valor total do imóvel foi dividido em 180 (Cento e oitenta) parcelas, das quais se encontram em aberto 03 (três) parcelas do financiamento constantes no Termo de Reserva para Formalização Futura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel, Confissão de Dívida e Outras Avenças, e após as notificações extrajudiciais acerca do inadimplemento, bem como descumprimento da relação comercial/contratual firmada entre as partes, sem que houvesse retorno do Comprador, vimos por meio desta informar a RESCISÃO do Termo de Reserva para Formalização Futura do Contrato de Compra e Venda de Imóvel, do referido imóvel. RESIDENCIAL VISTA ALEGRE será restituído na posse do imóvel de sua propriedade que foi objeto do contrato ora rescindido, ficando eventuais valores e saldos a favor do Comprador, disponíveis junto à empresa”.

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital – Chamamento Público 02/2024

O Município de Cianorte, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de ordem do Exmo. Sr. Marco Antonio Franzato, e de acordo com a legislação em vigor, receberá, a partir da publicação do edital e pelo período de 60 (sessenta) meses consecutivos, documentação para o CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica sendo **CLÍNICAS VETERINÁRIAS, interessadas em prestar serviços veterinários de esterilização (castração) e microchipagem em animais domésticos.** Clínicas legalmente constituídas na forma da lei, para tornarem-se agentes esterilizadores do Município de Cianorte, visando prestação de serviços para realização de procedimentos cirúrgicos (orquiectomia, ovariário salpingo histerectomia e microchipagem) em cães e gatos. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e dados, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados pelo telefone (44) 3631-6152 ou e-mail licitacao@cianorte.pr.gov.br. Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 18 de Março de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo
Chefe da Divisão de Licitações



EDITAL DE CONVOCAÇÃO 13ª Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Senhores Acionistas da CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS S/A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, conforme faculta o parágrafo único do artigo 131 da Lei 6.404/76, em modelo híbrido - presencialmente e via teleconferência, nos termos do Estatuto Social, às 09h30 do dia 16 de abril de 2024 para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária

- Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- Eleger os membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes;
- Examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, bem como distribuição de dividendos;
- Fixar os honorários globais dos Administradores da Companhia.

Paranaguá (PR), 20 de março de 2024.

Renato Cattalini
Presidente do Conselho de Administração
Cattalini Terminais Marítimos S/A
CNPJ 75.633.560/0001-82

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

